



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NA SALA DE AULA: ENSINO E APRENDIZAGEM DE
LINGUA PORTUGUESA INCLUSIVOS PARA ESTUDANTES COM AUTISMO**

Wilma de Moura da Silva

Rio de Janeiro

2021

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Letras na habilitação Português/
Literaturas.

Orientador: Prof^ª. Prof^ª. Sandra Cordeiro de Melo
Departamento de Fundamentos da Educação da FE-UFRJ

Leitora Crítica: Maria Fernanda Alvito Pereira de Souza Oliveira.
Departamento de Didática da
FE-UFRJ

RIO DE JANEIRO

2021

CIP - Catalogação na Publicação

SS586e Silva, Wilma De Moura
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NA SALA DE AULA: ENSINO E
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA INCLUSIVOS PARA
ESTUDANTES COM AUTISMO / Wilma De Moura Silva. --
Rio de Janeiro, 2021.
24 f.

Orientador: Sandra Cordeiro De Melo.
Coorientador: Maria Fernanda Alvito Pereira de
Souza Oliveira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Literaturas, 2021.

1. Definição de educação inclusiva. 2. Educação
inclusiva e a educação especial e suas
especificidades. . 3. Educação inclusiva e o
espectro autista. I. De Melo, Sandra Cordeiro ,
orient. II. Oliveira, Maria Fernanda Alvito Pereira
de Souza, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CIP-7/6283.

AGRADECIMENTOS

A meu Poder Superior por nunca ter desistido de mim até mesmo quando eu desistia.

Aos meus pais, queme apoiaram em minha escolha de retomada de vida e início dessa árdua, mas gratificante jornada me proporcionando o suporte para realização desse sonho.

Ao Marcos, meu esposo, por todo amor, apoio nas minhas escolhas e por todos os momentos em que me passou força e confiança, além do suporte para realização desse sonho.

Ao meu irmão, que acreditou em mim e me ajudou em todo esse processo com apoio, aulas e suporte intelectual, pois ele já é um excelente professor.

À Márcia de Paula, Carla Vitalina, Aline Charles e Amanda Tavares, amigas queridas, presente que a UFRJ me deu e que, nos momentos difíceis, com muito carinho e apoio, me mostraram que a vida é muito mais que esses momentos.

À Elaine Paixão, minha querida professora de biologia do Ensino Médio, por todos os ensinamentos, apoio e por ter enxergado anos atrás o que eu só comecei a perceber agora e ter sido grande incentivadora do meu sonho.

À Elaine Siqueira, Ana Patrícia, Bruno Amaral, meus amigos queridos do ensino médio que me encorajaram a seguir em busca do meu sonho.

A meus amigos da irmandade que me incentivaram a não desistir de mim SPH (Só Por Hoje).

À Alessandra, minha orientadora acadêmica, pela dedicação, paciência, por todos os ensinamentos, pelas oportunidades, por ter sido sempre tão atenciosa e carinhosa comigo e, principalmente, por ter me incentivado e me feito tentar. A você, serei eternamente grata.

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de observar os caminhos traçados e as práticas pedagógicas utilizadas na rede regular de ensino, numa instituição privada, para atender um aluno autista, tendo como ponto de partida a prática da inclusão. Para compreender o espectro autista e a inclusão escolar tratados nesse estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, elencando os principais autores que tratam desta temática. O estudo de caso utilizado legitima a natureza qualitativa da pesquisa, por meio dos registros fotográficos e da observação da metodologia utilizada por mim para desenvolver meu trabalho com a criança. Foi possível perceber que a inclusão de um aluno autista na escola regular é um desafio constante ao professor, à escola e à família. As Políticas Públicas designadas à inclusão escolar têm como foco principal o acesso, a qualidade de ensino para todos, sem discriminação de nenhuma das condições do aluno e a permanência na escola. Essas políticas ainda geram muitas dúvidas e inseguranças ao professor, principalmente no que diz respeito às suas práticas pedagógicas. No caso de alunos com Transtornos do Espectro autista, existem três obstáculos que podem atrasar seu processo de aprendizagem: a grande dificuldade de comunicação em suas relações sociais; característica da síndrome: o comportamento retraído; e a qualificação dos professores. A partir dessa perspectiva, esta investigação tem por objetivo analisar as possibilidades, bem como as dificuldades encontradas pelos docentes para realizar o trabalho de inclusão de alunos autistas no ensino regular, principalmente no âmbito do ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão escolar; Prática pedagógica; Ensino regular de Autista; ensino de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The objective of this study is to observe the trajectories and pedagogical practices used in the regular educational network, in a private institution, to attend an autistic student, from the practice of inclusion. In order to understand the autistic spectrum and the school inclusion treated in this study, a bibliographical research was carried out, listing the main authors that deal with this topic. The case study used legitimate the qualitative nature of the research, through photographic records and observation of the methodology used by me to develop my work with the child. It was possible to perceive that the inclusion of an autistic student in regular education is a constant challenge for the teacher, the school and the family. Public Policies designed for inclusion in school have as main focus the access, the quality of education for all, without discrimination of any of the conditions of the student and the permanence in the school. These policies still generate many doubts and insecurities for the teacher, especially in relation to their pedagogical practices. In the case of students with Autism Spectrum Disorders, there are three obstacles that can delay the learning process: the great difficulty of communication in their social relations, characteristic of the syndrome: withdrawn behavior and teacher qualification. From this perspective, this research aims to analyze the possibilities, as well as the difficulties encountered by teachers to perform the work of inclusion of autistic students in regular education.

Key words:

Autism, School inclusion, Pedagogical practice, Autistic regular education, education, pedagogical practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	11
1.1. Educação inclusiva e a educação especial e suas especificidades.....	12
1. 2. Inclusão, práticas pedagógicas e o ensino de Língua Portuguesa.....	14
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESPECTRO AUTISTA.....	18
2.1. O que é o espectro autista.....	19
2.2. Características,níveis de aprendizagem cognitiva do Espectro autista.....	22
3. CONCLUSÃO.....	23
4. REFERÊNCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

As discussões envolvendo o assunto inclusão escolar estão presentes no dia-a-dia das escolas. Na proposta de escola inclusiva, as situações de ensino-aprendizagem deveriam ser adaptadas para atender as necessidades dos estudantes para sua inclusão, o que acaba implicando em muitas mudanças na escola, abrangendo o currículo, a forma como a avaliação é realizada, e, além disso, implica na criação da necessidade de complementar a formação do professor que, muitas vezes, é insuficiente para atender o aluno autista.

Neste sentido, as Políticas Públicas inclusivas visam assegurar que todas as pessoas tenham acesso à escola regular, porém, mesmo com a existência das legislações que asseguram o acesso à escola aos alunos com Transtornos do Espectro Autista – TEA, é possível notar que as escolas atravessam ainda inúmeras dificuldades para efetivar a inclusão e essas dificuldades, muitas vezes, distanciam o aluno de seu aprendizado.

Neste panorama carregado de dificuldades, os alunos com Transtornos do Espectro Autista com suas características marcadas por dificuldades na imaginação e comunicação são reconhecidos como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. De acordo com o segundo inciso da lei 12.764/ 12, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, todo autista tem o direito de frequentar a escola regular. O mesmo documento determina que a escola ofereça todos os recursos e adaptações necessárias para que a inclusão de fato ocorra.

Art.4º É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em um sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
(Lei 12.764/ 12 que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista)

Dito isso, segundo Paulo Freire, esse processo de direito à educação não se dá apenas para inclusão, ele ainda não está sanado na própria educação básica regular.

Mais uma vez me ponho em frente de uma proposta temática envolvida numa frase, cuja inteligência espera por um discurso que, não sendo neutro, dirá de como, quem o faça, se posiciona em face do tema fundamental. Quer dizer, se posiciona em face da educação, em face do que o conceito sofre ao receber o atributo permanente que incide qualitativamente sobre a compreensão do termo, em face da

cidade que se alonga em educativa. Em face, finalmente, das relações entre educação, enquanto processo permanente e a vida das cidades, enquanto contextos que não apenas acolhem a prática educativa, como prática social, mas também se constituem, através de suas múltiplas atividades, em contextos educativos em si mesmos. (FREIRE, 2001, p.11)

Um dos motivos para o desenvolvimento deste trabalho é o de que, no Brasil, aproximadamente 14,5% da população, cerca de 24,5 milhões de pessoas, possui alguma deficiência, de acordo com o censo realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É possível que esse número seja ainda maior, tendo em vista que a população brasileira teve um considerável aumento na última década. Muitas dessas pessoas têm pouca esperança de ir à escola, conseguir um emprego, ter sua própria casa e até mesmo constituir uma família. Por esse motivo a sociedade não pode fechar os olhos para essa situação.

Não dá para pensarmos que o “problema” está somente em quem possui alguma deficiência ou em sua família, pois, independente da profissão que um indivíduo possa escolher, em diversas ocasiões, ele deverá lidar com pessoas com deficiência: alunos, pacientes, leitores, funcionários, amigos, professores.

As pessoas com deficiência sofrem com a exclusão que se manifesta de diferentes formas e em diversos lugares, como: nas escolas, nos teatros, nos supermercados, em não poder se locomover com liberdade e dignidade pela cidade. Para Mantoan (2006), Cunha (2008), Nunes (2012), Santos (2011), o problema que temos em nos relacionar com pessoas que não estão nos padrões sociais preestabelecidos já faz com que elas sejam excluídas.

Acreditamos que, para que haja harmonia e igualdade entre todas as pessoas, a sociedade deverá tornar-se inclusiva e, para a Declaração de Salamanca¹, as escolas inclusivas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e proporcionando uma educação de qualidade para todos.

Para construir, de fato, um sistema educacional inclusivo na definição ampla deste conceito, é preciso partir do princípio de que o indivíduo com TEA pode aprender desde que suas necessidades e seus interesses sejam respeitados e suas particularidades não sejam ignoradas.

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma experiência profissional com a inclusão de um aluno com autismo severo no ano de 2017 enquanto eu atuava como mediadora/auxiliar em

¹Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada de 7 a 10 de outubro de 1994, em Salamanca, Espanha.

um colégio da rede privada localizado no município do Rio de Janeiro. No cotidiano de sala de aula, foi possível perceber as dificuldades docentes em lidar com determinados comportamentos autistas, principalmente aqueles relacionados à agitação motora, dificuldade ou ausência de comunicação. Ao observar as frustradas tentativas de ensinar o aluno autista, o despreparo reconhecido pelos professores desses alunos despertou minha atenção para estudar e me especializar mais sobre o tema.

Assim, esse trabalho se sustenta em alguns profissionais da área, como Marina Almeida, psicóloga, e em teóricos, como Paulo Freire e Mantoan, além da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205, garante que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 1988).

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro apresenta a definição de educação inclusiva. Com a finalidade de compreender os Transtornos do Espectro Autista, recorreu-se a autores como Cavaco (2009), Grinker (2010), Cunha (2009), Bosa (2006) e ao próprio Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2013), os quais explicam os desdobramentos dos Transtornos do Espectro Autista, especificando as principais características, critérios para diagnóstico e definição.

O segundo capítulo é sobre a educação inclusiva e o espectro autista. É importante dizer que não há respostas prontas para todas as questões da educação. Há, sim, relatos, experiências, trabalhos e trocas de saberes na construção de um caminho e, diante da dificuldade de adaptação dos conhecimentos acadêmicos para lidar com as contingências da sala de aula, o professor vai constituir seu capital de conhecimentos, com base em: saberes disciplinares; saberes pedagógicos e, principalmente, em saberes a partir das suas experiências. Assim, essa pesquisa tem o objetivo de trazer alguns aspectos do que é o espectro autista e como podemos trabalhar da melhor maneira com os estudantes dessa natureza, sabendo que o estudante com autismo aprende diferentemente, deseja diferentemente e pensa diferentemente.

Crianças e adolescentes com um dos Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) têm sido identificados com maior frequência do que ocorria a pouquíssimo tempo. Estima-se, atualmente, que a ocorrência seja de um indivíduo afetado em cada 100 pessoas, aumento significativo em relação às taxas observadas há algumas décadas. O aumento da identificação ocorre, possivelmente, porque essas condições são mais conhecidas atualmente e porque os critérios diagnósticos são mais abrangentes.

É importante mencionar que há grande inconstância na apresentação dos TEA, no que diz respeito tanto às perdas em interação social, comportamento e comunicação quanto ao grau

de um eventual comprometimento intelectual. Estima-se que cerca de 50% das pessoas com TEA apresentem algum grau de deficiência intelectual. O que desmitifica o que é apresentado para a sociedade em filmes e séries, entre outros meios de entretenimento e comunicação, onde são apresentados, na sua maioria, os autistas de grau leve, com inúmeras habilidades, como se fossem a maioria. O que não é verídico, pois, na maioria, os estudantes com TEA são de grau moderado a severo.

O terceiro capítulo é o das atividades propostas para ensino de língua portuguesa. No momento em que as políticas públicas no Brasil têm em voga o viés “inclusão”, vemos a indicação de que todas ou ao menos a maior parte das pessoas com algum tipo de deficiência deve estar incluída em escolas regulares de ensino. Faz-se necessário, para melhor atender aos estudantes com qualquer tipo de necessidades especiais, qualificar e preparar o professor para tal. Assim, com um olhar instrumentalizado e sensível, a partir do estudante, o professor terá condições de começar a estabelecer seu trabalho, de avaliar os recursos pedagógicos que deverão ser usados, de descobrir quais habilidades, sociais e acadêmicas, seu aluno já possui e quais ele precisa adquirir. A partir daí, poderá escolher os materiais adequados, sempre priorizando a comunicação e a socialização.

O presente trabalho pretende ser um pequeno passo na busca por um caminho para auxiliar os professores de maneira que possam lhe agregar um novo olhar para educação inclusiva, os quais precisam de informações e orientações que, de fato, possam ser implementadas no ambiente escolar. Esse trabalho não tem a pretensão de sanar todas as dúvidas, nem de dar todas as respostas, mas, sim, possibilitar o mínimo de conhecimento necessário para se iniciar o processo de inclusão no ambiente escolar e, principalmente, na sala de aula.

Aqui também serão expostos alguns conhecimentos básicos a respeito de algumas intervenções pedagógicas, como: PECS (Sistema de Comunicação pela troca de figuras) e ABA (análise aplicada do comportamento) que podem ser usados no espaço da sala de aula. Reiterando o que foi dito anteriormente, existem casos em que os prejuízos se apresentam de forma tão acentuada, que nem sempre é possível a inclusão desses estudantes em uma classe regular, se fazendo necessária a sua inclusão em classes ou escolas especiais, capacitadas para melhor atender a esses estudantes.

1. DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. É uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. De acordo com a LBI (Lei brasileira de inclusão):

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (Art. 27)

Assim, como saber se uma prática pedagógica é, de fato, inclusiva? Ou se uma escola que se diz inclusiva realmente garante o direito de todos à educação? É pela fiscalização a partir dos princípios da educação inclusiva, que são uma referência para quem está iniciando na carreira pedagógica como também para profissionais experientes, é possível não perder o foco do trabalho que tem como objetivo uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva.

Para um conhecimento mais específico em torno dos princípios da educação inclusiva, os cinco princípios são:

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação;
2. Toda pessoa aprende;
3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular;
4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos;
5. A educação inclusiva diz respeito a todos

Ainda sobre a educação inclusiva, ela é uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. Segundo Lev Vygotsky, considerado um dos “pais fundadores” da psicologia moderna, a inteligência não é estática, podendo aumentar e se desenvolver. Ele também propôs que a aprendizagem promove o desenvolvimento através das interações estabelecidas com as pessoas, observa também a importância da interação sociocultural para a aprendizagem da criança, onde a mesma participa de forma interativa na construção de sua própria cultura e sua história, modificando a si e aos demais com quem se relaciona.

Para uma melhor definição de escola inclusiva precisamos deixar bem claro a diferença entre educação especial e educação inclusiva, o que será assunto do próximo tópico.

1.1.Educação inclusiva e a educação especial e suas especificidades.

Educação inclusiva e educação especial são duas áreas do conhecimento educacional distintas. Segundo a psicóloga Marina Almeida no *Manual Informativo sobre inclusão: informativo para educadores* é possível definir educação especial e educação inclusiva da seguinte forma:(1) **Conceito de Educação Inclusiva:**Se refere a todo e qualquer indivíduo que deve ter acesso a uma educação de qualidade quer seja ele de qualquer etnia, ou tenha qualquer deficiência, ou qualquer outra particularidade, essa pessoa tem que ter acesso a escola e deve estar assessorada dentro dos princípios da educação inclusiva. Na escola inclusiva,o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças, com deficiências e distúrbios de aprendizagem, têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal, ou seja, uma modalidade de ensino para todos; (2) **Conceito de Educação Especial:**Educação especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiências, condutas peculiares ou altas habilidades, e que compreende os diferentes níveis e graus do sistema de ensino.

Como já dito anteriormente,segundo a lei brasileira de inclusão,Art2º, considera-se pessoa com deficiência aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial[...] (LBI, BRASIL, 2015)Atualmente, nós chamamos todas essas pessoas com deficiências no âmbito educacional de Estudantes públicas alvo da educação especial pela sigla PAEE. A avaliação da deficiência quando necessária será biopsicossocial, realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar chamada CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde).

O capítulo V da LDB (Leis de diretrizes e bases da educação Nacional) fala sobre a Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início a faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A ideia da inclusão é mais do que simplesmente garantir o acesso de estudantes nas instituições de ensino. O objetivo é eliminar entraves que limitam o discente no processo educativo de aprendizagem e participação.

É importante ressaltar que, desde 2006, o termo correto a ser usado é pessoa com deficiência. O termo “pessoas portadoras de necessidades especiais” caiu em desuso. É no texto aprovado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência, em 2006, que se estabeleceu a terminologia mais apropriada: pessoas com deficiência.

O motivo é que há uma associação negativa com a palavra “deficiente”, pois significa incapacidade ou inadequação à sociedade. A pessoa não é deficiente, ela tem uma deficiência. É importante também combatermos expressões que tentem atenuar as diferenças, tais como: “pessoas com capacidades especiais”; “pessoas especiais”; “pessoas com necessidades especiais”; “portador de necessidades especiais”. A condição de ter deficiência faz parte da pessoa. A pessoa não porta uma deficiência. Ou seja, ela tem uma deficiência. As diferenças devem ser valorizadas, respeitando-se as necessidades de cada pessoa.

Em relação aos países que são bons exemplos no quesito educação inclusivos, a Itália é considerada pioneira nesse tipo de educação. Em 1971, pela Lei n. 118/1971, o país já garantia o acesso de todas as crianças nas salas de aulas regulares. No final desta mesma década, por meio da Lei 517 de 1977, todas as escolas especiais foram abolidas, o que obrigou o encaminhamento de todos os estudantes com deficiência para o sistema regular de ensino. Já no Brasil, isso ainda não é uma realidade, pois a maioria das escolas regulares não está preparada para receber e ensinar os alunos com deficiência, devido aos problemas de infraestrutura e à falta de qualificação profissional dos docentes.

Na teoria, as escolas especiais estão preparadas para dar suporte às escolas regulares de ensino, pois a nossa realidade é que as mesmas não têm meios de fazer isso sozinha ainda. No Brasil, o aluno com deficiência é matriculado em uma escola regular e, dependendo da sua necessidade, ele pode frequentar uma escola especial para ter o atendimento especializado de que necessita, chamado Atendimento Educacional Especializado - AEE. Este é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008). Esse Atendimento Educacional Especializado pode se dar fora do ambiente regular de ensino, o que é uma prática muito comum.

1. 2. Inclusão, práticas pedagógicas e o ensino de Língua Portuguesa

A comunidade escolar necessita conhecer e compreender as especificidades de cada estudante para atuar com segurança. Segundo Cunha (2008, p.8 5), é imprescindível que o

professor investa, “[...] tempo no conhecimento desse aluno através do cotidiano escolar para que se possa estabelecer as estratégias pedagógicas e reconhecer as possibilidades de aprendizado”. Também é importante entender que a questão é disciplinar a atividade e não imobilizar a criança.

Dessa forma, quanto maior o nível de entendimento do profissional da educação, melhor será o tipo de intervenção direcionado aos estudantes com deficiência. De acordo com Nunes (2012, p. 289), os professores ainda possuem “[...] concepções caricaturizadas sobre a síndrome do autismo”, prejudicando o processo de inclusão escolar do indivíduo com TEA, quadro que perpetua a exclusão e isso foi possível verificar em sala de aula com o aluno ao qual fiz este experimento. As instituições escolares possuem diversas carências como em rede de apoio e desconhecimento das estratégias efetivas de ensino voltadas para a educação especial. Tais aspectos influenciam negativamente as práticas pedagógicas e diminuem as expectativas de sucesso dos docentes no que se trata da efetiva aprendizagem de seus estudantes. Santos (2011, p. 47) certificam que a educação é “responsável pelo desenvolvimento psicológico dos indivíduos, por sua transformação e, conseqüentemente, por sua atuação no sentido de transformar a realidade em que estão inseridos”.

Assim, tendo papel norteador no desenvolvimento dos indivíduos, é indispensável que o atendimento educacional especializado esteja vinculado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e integrado às ações pedagógicas da escola (BRASIL, 2009; 2013). A parceria entre os professores do AEE e os da sala de ensino regular é preconizada nos diversos documentos legais (RESOLUÇÃO nº 4/2009; NOTA TÉCNICA nº 24/2013). A articulação entre esses dois profissionais tem por finalidade a construção de redes de apoio visando a um melhor atendimento do estudante por meio dos recursos pedagógicos da Sala de recursos multifuncional (SRM), buscando ampliar as suas habilidades, promovendo a sua autonomia e a plena participação no sistema escolar (BRASIL, 2009; 2010; 2013). A parceria, conforme a Resolução nº 4/2010 aponta, é uma obrigação da escola, devendo ela: “Efetivar a articulação pedagógica entre os professores que atuam na sala de recursos multifuncionais e os professores das salas de aula comuns, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos.” (BRASIL, 2010, p. 4).

Observa-se que a parceria faz parte das atribuições do professor do AEE. É o que garante a Nota Técnica nº 24/2013, do Ministério da Educação (MEC), ao evidenciar que: “[...] os professores das classes comuns e os do AEE devem manter interlocução permanente com o objetivo de garantir a efetivação da acessibilidade ao currículo e um ensino que propicie a plena participação de todos (BRASIL, 2013, p. 5).

No que tange as estratégias pedagógicas no documento, *Saberes e Práticas da Inclusão*, voltada para a Educação Infantil é indicado que o professor não deve expor o aluno com TEA aos demais da turma. A prática de preparar a turma com informações antecipadas pode prejudicar o processo educacional, uma vez que o social pode ser influenciado neste. Assim, o documento indica que se devem apresentar as informações a partir dos questionamentos dos alunos da turma, permitindo espontaneidade para a condução das informações e da sensibilização dos demais alunos (BRASIL, 2004).

Mesmo com os sentimentos iniciais de medo e insegurança para trabalhar com um aluno diferente, ela [a professora] conseguiu desenvolver uma relação baseada no afeto, no carinho e no conhecimento sobre seu jeito de ser e reagir, à medida que a experiência com ele e as orientações que buscou aumentaram. O acolhimento e os sentimentos positivos da educadora em relação ao aluno parecem decorrer do vínculo estabelecido, em primeiro lugar, com a criança e não com o autismo.

Se necessária uma conversa com a turma, o aluno com TEA pode ser encarregado de uma tarefa externa, evitando que se sinta constrangido. Nessa situação, a atitude do professor deve considerar uma conversa coletiva que se ajuste na discussão da diferença do aluno no aspecto específico ao levantado pela turma e nos pontos positivos da personalidade e potencialidades da criança com TEA (BRASIL, 2004).

Dentre as estratégias pedagógicas propostas no documento, o professor pode considerar:

- 1- estabelecimento de rotina, por meio de agenda, exposição na lousa, Educação, caderno;
- 2- instruções orais objetivas acerca do que se solicita à criança;
- 3 - em situação de comportamentos estereotipados e ecolalia, a atenção da criança deve ser transferida a outra tarefa ou atividade;
- 4- proporcionar situações em que as crianças da turma oportunizem a participação da criança com TEA em alguma tarefa/atividade, como oferecer brinquedos, ajuda e solicitar ajuda da criança com TEA;
- 5- o ensino deve ser baseado não só na exposição verbal, mas em outros recursos também;
- 6- apresentar tarefas curtas e uma por vez e aumentá-las gradualmente; elaborar regras de convivência e utilizá-las;
- 7- observar o que desencadeia as situações de comportamento inadequado e interferir antes da situação, mudando a tarefa. Gradualmente, a exposição da criança com TEA às situações pode ser trabalhada, a fim de não mais desencadear um comportamento inadequado; reforçar sempre o comportamento adequado e nunca o inadequado.
- 8- Na situação do comportamento inadequado (gritar, autolesionar-se, jogar objetos), o professor deve considerar os riscos à integridade física do aluno e o melhor ambiente para acalmá-lo;
- 9- não permitir que o aluno não realize tarefa alguma: professor pode solucionar isso por meio de reestruturação das atividades, da rotina, do número de tarefa; e,
- 10- criar um meio de comunicação, a depender da necessidade do aluno.

Implementando estratégias pedagógicas adequadas ao ensino de crianças com TEA, é possível que a inclusão escolar desses estudantes ocorra de modo a garantir o direito de acesso, permanência e aprendizagem no sistema educacional regular. É indispensável que o estudante com TEA tenha acesso a aprendizagem dos conteúdos escolares em conjunto com a turma que o estudante frequenta.

Nesse sentido, Melo (apud NUNES; AZEVEDO; SCHIMIDT, 2013, p. 13) comprova a importância dos planos de ensino numa pesquisa que visou compreender as percepções de professores sobre estratégias pedagógicas adotadas com estudantes com TEA. Participaram 376 professores. Por meio da elaboração coletiva de cem planos de aula, os resultados apontaram que quando os professores planejam as estratégias pedagógicas de sala de aula, considerando as características do desenvolvimento da criança com TEA, tornam-se capazes de planejar e alcançar objetivos mais claros, que dão sentido ao objeto de conhecimento, tornando o processo de aprendizagem mais motivador.

Além das estratégias pedagógicas eficazes que foram apresentadas no ensino do estudante com TEA, temos também o uso dos PECS e do método ABA. O Sistema de Comunicação pela troca de figuras (PECS) é um sistema de intervenção aumentativo-alternativo de comunicação exclusiva e pode ajudar as crianças com TEA a aprender uma comunicação funcional. Ele foi usado pela primeira vez num programa em Delaware ‘Delaware Autistic Program’ nos Estados Unidos. Mais do que ajudar a criança ou adulto com autismo a expandir o vocabulário, formular frases, expandir o discurso e a desenvolver uma linguagem funcional – seja ela verbal ou não –, este sistema tem em sua raiz o objetivo de estimular a iniciativa de uma interação, não apenas a resposta a ela. O PECS fornece um meio para essas pessoas aprenderem habilidades sociais e de iniciação da comunicação.

O método ABA é uma técnica oriunda do campo científico do behaviorismo. As pesquisas nessa abordagem têm crescido em todo o mundo e teve grandes pesquisadores como Skinner e Watson. O objetivo desse método é observar, analisar e explicar a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem, tendo em vista a mudança de comportamentos específicos do estudante. O método tem como objetivo ensinar ao autista habilidades que ele ainda não possui por meio de etapas cuidadosamente registradas. Cada habilidade é apresentada associando-se a uma indicação ou instrução. Em alguns casos é dado um apoio para a obtenção das respostas, porém essa ajuda inicial deverá ser retirada logo que possível, para possibilitar a autonomia da criança (CUNHA, 2013, p. 55).

Nessa abordagem, torna-se importante a repetição e o registro exaustivo de todas as tentativas, bem como os resultados alcançados por meio de reforço e repetição. É um tipo de

condicionamento que tem auxiliado muitos profissionais. Vários estudos comprovam avanços na aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades das pessoas com TEA.

No trabalho com a criança autista no ensino de Língua Portuguesa, faz-se necessário definir estratégias de comunicação e de mediação simbólica. A apropriação da língua materna é essencial para a aprendizagem dos conteúdos curriculares. No processo de comunicação, é preciso identificar as habilidades, motivações e preferências do estudante. Em meio às motivações e preferências, é possível identificar aspectos lúdicos e de brincadeira como temáticas motivadoras desses indivíduos. A interação por meio do brincar abre possibilidades para os processos de ensino e aprendizagem (CUNHA 2002, MACIEL; FILHO, 2009). As diferentes práticas pedagógicas na escola podem contribuir para desenvolvimento infantil na esfera linguística, cognitiva, social, emocional.

Essas estratégias de mediação estão relacionadas à comunicação e à apropriação de um código linguístico. SILVA, Francisca da Silva e ALMEIDA, Amélia Leite de, destacam que:

No contexto escolar, as estratégias de comunicação encontram-se entrelaçadas com objetivos de proporcionar a antecipação da rotina escolar, a ampliação progressiva da flexibilidade da criança mediante as mudanças na rotina ou no ambiente, além, obviamente, de ampliar a possibilidade de acesso desse aluno à linguagem receptiva e expressiva. Assim, podemos presumir que essas estratégias deverão estar estruturadas em prol de situações reais a serem experimentadas pela criança, no cotidiano escolar, provocando o desenvolvimento cognitivo a partir da destinação de sentido real ao seu uso. (SILVA & ALMEIDA, 2012, p.72).

Com isso é possível constatar a relevância da participação da escola para o desenvolvimento da criança autista, pois nesse espaço podem se estabelecer rotinas, estratégias de comunicação, o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, dentre outros. É válido salientar que mesmo diante de tantas possibilidades de participação e aprendizagem no contexto escolar, as dificuldades de comunicação nos alunos com TEA podem estar associadas ao desempenho escolar. Nos casos mais graves, há a ausência de linguagem verbal. Por isso, a utilização de estratégias de comunicação alternativa, tais como o uso da tecnologia contribui para que se atenuem as dificuldades de compreensão e significação dos estudantes, o que pode proporcionar a significativa melhora nos aspectos psicossociais, comportamento agressivo e ansiedade. Nesse sentido, a qualificação de alguns profissionais da saúde e da educação para o trabalho com esses indivíduos pode interferir nos processos de inclusão escolar e social dos estudantes com TEA.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESPECTRO AUTISTA

O termo Autismo foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra Bleuler, no início do século XX, para assim caracterizar um sintoma que ele julgou ser secundário da esquizofrenia. Bleuler utilizou a palavra Autos, de origem grega que significa “si mesma”, fazendo alusão aos tipos de esquizofrênicos “que vivem num mundo muito pessoal e deixam de lado qualquer outro contato com o mundo” (BETTELHEIM, 1987, p. 81). Desde então, vários teóricos vem estudando o assunto e chegando a conclusões semelhantes e que se completam diante de suas características.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente, sendo elas: 1) dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos; 2) dificuldade de socialização; e 3) padrão de comportamento restritivo e repetitivo. Também chamado de Desordens do Espectro Autista (DEA ou ASD em inglês), recebe o nome de espectro (*spectrum*), porque envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai da mais leve a mais grave. Todas, porém, em menor ou maior grau estão relacionadas às dificuldades de comunicação e de relacionamento social.

De acordo com a Associação Americana de Psicologia (2003), Autismo é um transtorno global do desenvolvimento (TGD), também conhecido como transtorno do espectro autista (TEA), principalmente na literatura internacional, caracterizado por dificuldades na interação social e na comunicação verbal e não verbal e por comportamentos e interesses bastante restritos e repetitivos, o que é conhecido como a tríade de prejuízos. Tais estudos foram baseados em alguns sistemas diagnósticos, os mais comuns são: o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, da Academia Americana de Psiquiatria, ou DSM- V e a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, ou o CID-10.

De acordo com o DSM-V (2011), o Transtorno do Espectro do Autismo é um distúrbio do desenvolvimento neurológico e deve estar presente desde a infância ou início da infância. A definição da CID-10 (2000) consiste em que o Autismo infantil é um transtorno global do desenvolvimento caracterizado por: a) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e b) apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo: fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (autoagressividade). No entanto, esses materiais observavam

apenas as dificuldades, apenas aquilo que faltava ao indivíduo, principalmente no que se diz respeito ao autismo.

O diagnóstico do TEA, na área médica, permanece sendo eminentemente clínico. Para classificar o indivíduo, buscam-se critérios clínicos, por meio de profissionais da área da saúde (médicos, psiquiatras e neuropsiquiatras), estes se apóiam nos relatos dos pais e/ou responsáveis sobre a observação da criança, relacionado ao seu desenvolvimento comportamental. Os médicos buscam apoio na avaliação de outros profissionais da saúde (psicólogos e psicopedagogos). Para excluir outras hipóteses de diagnóstico, são feitos exames laboratoriais e por imagem, contudo, o diagnóstico é eminentemente clínico (SCHWARTZMAN, 2011).

Após o diagnóstico médico, o indivíduo com TEA necessita de auxílio multidisciplinar para contribuir com o desenvolvimento biopsicossocial e cultural. Tendo sido confirmado o diagnóstico, o tratamento deverá ser realizado por uma equipe multidisciplinar, com o objetivo de minimizar os danos, considerando que não há uma cura para o TEA. Mas, na busca por remédios que melhore o tratamento, a indústria farmacêutica tem investido em pesquisas para compreender como funcionam os diferentes circuitos cerebrais envolvidos nas funções sociais. Deste modo, a conjugação de tratamento por remédios com a atuação de a equipe multidisciplinar objetiva tornar os indivíduos com TEA mais independentes.

2.1. Características, níveis de aprendizagem cognitiva do Espectro autista

Os indivíduos com TEA requerem atenção especial por apresentarem determinados sintomas típicos tais como: irritabilidade, desatenção, hiperatividade, impulsividade, agressividade, insônia e comportamentos repetitivos. Esses sintomas fizeram com que, por muito tempo, houvesse a separação entre os estudantes regulares e os estudantes com TEA, de modo que somente a partir de 2008, com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, é que estas crianças deixaram de ser segregadas em salas especiais e passaram a ser incluídas nas salas regulares do ensino básico.

Essa política impulsionou a criação e aprovação da Lei nº 12.764/2012, também conhecida como Lei Berenice Piana a qual, ressalta o direito à educação inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, tendo o direito de receberem atendimento específico no contra turno da aula regular durante sua vida escolar, incluindo aqui a qualificação aos gestores escolares e professores.

Desde então, o número de alunos com TEA matriculados no ensino básico regular tem aumentado. Entretanto, é importante ressaltar que as crianças com TEA apresentam nível de

gravidade diferente, algumas apresentam um alto desempenho intelectual e tem uma habilidade extremamente desenvolvida. Outros apresentam muita dificuldade em se expressar e não falam, outros fazem movimentos repetitivos e evita o contato com as pessoas, uma parte também apresenta deficiência intelectual.

O Transtorno do espectro autista (TEA) é classificado assim com uma condição relacionada às dificuldades qualitativas, na interação social, na linguagem e com movimentos repetitivos e estereotipados, lembrando que não existe um ser humano igual ao outro, por tanto, não há um autista igual ao outro cada um vai ter suas especificidades e particularidades.

No que diz respeito a níveis de aprendizagem cognitiva, podemos ver o que diz Vygotskia respeito da linguagem em *O Desenvolvimento da Linguagem: Breviário*, quando destaca que a criança com o auxílio da fala, cria um campo temporal que lhe é tão perceptivo e real quanto o visual, desenvolvendo a capacidade de dirigir sua atenção de uma maneira dinâmica tornando-se capaz de expor seu ponto de vista sobre aquilo que observa. Ou seja, a linguagem vai dizer respeito à forma como o indivíduo interage cognitivamente na sociedade por meio da fala, campo onde o TEA apresentará dificuldade relacionada ao uso da linguagem.

Segundo Vygotsky em *O Desenvolvimento da Linguagem: Breviário*, é na interação com o meio físico e social que o homem se desenvolve, contribuindo inclusive para a criação de suas características individuais, interferindo em seus valores e sua visão de mundo que se modificam na relação direta com o meio cultural.

Quanto aos movimentos estereotipados e repetitivos apresentados nos indivíduos com transtorno do espectro autista, que são os movimentos considerados estes que envolvem as mãos (bater palmas, estalar os dedos, abanar os dedos) ou todo o corpo (balançar-se para frente e para trás, inclinar-se abruptamente ou oscilar o corpo), bem como apresentam movimentos motores peculiares, como por exemplo, o caminhar na ponta dos pés e andar em círculos sem objetivo. Contudo, tais movimentos não são uniformes e característicos dos indivíduos com TEA e que segundo Cunha, (2010) de certo modo estas estereotipias servem como mecanismos de expressão, representam alegrias, emoções, ansiedade, frustrações, e momentos de excitação de origens diversas. Definitivamente, não é possível definir com precisão o que aquela criança está querendo transmitir com determinado movimento por conta da diversidade humana.

Por essas razões, o docente precisa conhecer as características básicas de cada transtorno, além de ser capaz de desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas para cada nível, a fim de oferecer uma aprendizagem significativa, o que demanda esforço, qualificação e uma ação conjunta com a escola e a comunidade escolar.

Categoricamente, os estudantes com TEA têm capacidade de aprendizagem das habilidades acadêmicas relacionadas a leitura, escrita, habilidade de compreensão, cálculo, entre outras.

A efetiva interação da diversidade proporciona à criança, que tem necessidades educacionais especiais, maior possibilidade de desenvolvimento acadêmico e social. Proporciona, ainda, para todos, estudantes e professores, com e sem necessidades educacionais especiais, a melhor maneira de compartilhar e aceitar as particularidades de cada um, tornando-nos mais solidários e acolhedores, e isto faz parte do processo de inclusão.

Não descartando o fato de que a inclusão escolar é uma prática muito recente, exigindo da sociedade um esforço adicional para romper paradigmas e pré-conceitos sociais, ainda arraigados em nós de que o deficiente é um indivíduo inútil. Possibilitando-nos enxergar que ele é diferente sim, mas capaz de superar limites.

Tendo em nossos ambientes escolares métodos de avaliação justos, adequados a cada indivíduo e sua especificidade, dar para um aluno com o espectro autista uma mesma avaliação dada a um aluno regular é o mesmo que pedir para que um peixe e um macaco subam em uma árvore.

A escola precisa superar a igualdade e buscar com todo empenho a equidade. Não precisamos, para isso, abandonar a convicção de que o ser humano é essencialmente uno, mas precisamos, sim, elevar a percepção da realidade. A justiça na escola não reside em que todos sejam considerados idênticos, mas que todos tenham um ensino de acordo e na medida de suas necessidades. Assim como não tratamos dor de cabeça com remédio para dor de estômago, não podemos persistir na padronização em nome de uma pretensa igualdade.

2.2. Educação em língua portuguesa escrita para o diagnóstico Espectro Autista

É de nosso conhecimento que o estudante com transtorno do espectro autista vai ter uma facilidade maior no que diz respeito ao visual.

Autores como Schmidt e Vygotsky possuem um papel diferenciado no que tange alunos com TEA, uma vez que ambos tem a vontade de promover oportunidades de aprendizagem.

Para oferecer uma boa qualidade nas experiências educacionais das pessoas com Autismo no contexto escolar, é imprescindível a aquisição, a apropriação e a integração por parte da escola daqueles conhecimentos

outrora situados fora dela. Urge uma integração do conhecimento produzido até hoje pelas diversas áreas para que seja disponibilizado e compartilhado na inclusão educacional escolar. (SCHMIDT, 2013, p.19).

Vygotsky dedicou parte de sua vida a estudar e ajudar crianças com necessidades especiais. Lembrando que, para o autor: “nas crianças com os problemas mais sérios deve-se desenvolver os sentidos sadios para compensar os que foram perdidos.”

As propostas iniciais de desenvolvimento norteiam inicialmente a interação e a relação social da criança: primeiro com a família, depois com a escola, pois o meio social fará uma grande diferença no processo de desenvolvimento dessa criança/ adolescente ente.

Até mesmo porque é desejável que as crianças especiais alcancem um ensino/metodologia mais próximo das outras, ditas “normais”. Contudo, a tarefa não é fácil, enumero aqui algumas propostas:

1- O ensino de Língua Portuguesa:

O docente deve tornar a linguagem mais visual, com dicas mais palpáveis que façam parte do dia a dia desse aluno especial.

2- Socialização:

É importante que o docente estimule trabalhos em grupo envolvendo e misturando os jovens, fazendo com que este especial se sinta acolhido conscientizando os demais em relação à aceitação e respeito ao próximo.

3- Capacitação:

Faz-se necessário de forma geral, a capacitação dos profissionais de todas as matérias para aprenderem a lidar com os alunos especiais, uma vez que a demanda aumenta com relação à cobrança dos pais – esses que muitas vezes não sabem lidar com seus filhos – mas exigem que os professores tenham total habilidade.

3.CONCLUSÃO

Este trabalho buscou, justamente, explorar o estudo da capacitação cognitiva, suas características e peculiaridades, na intenção de promover o conhecimento e disseminação da informação, já que o assunto abordado é de suma importância atualmente. Sendo feito tal pesquisa de dados em livros dos autores citados, outros trabalhos em pesquisas e artigos

pesquisados na internet. Assim fui elaborando o trabalho de acordo com os textos e com a experiência que tive na convivência e atuação com alunos inclusos no ambiente escolar.

Faz parte do estudo no primeiro capítulo evidenciar a ideia de inclusão referente às práticas docentes de Língua Portuguesa, onde ações pedagógicas estão diretamente ligadas ao desenvolvimento emocional, além de cognitivo, ressaltando a não possibilidade de colocar em destaque, ou em voga as crianças e/ou jovens com espectro autista.

Com todas as informações reunidas, chegamos à conclusão que, o autismo não é uma doença, e sim uma condição de uma pessoa que durará a vida toda, algo que não pode ser mudado, mas que atualmente existem tratamentos eficazes que são capazes de amenizar tal circunstância.

Já no capítulo dois, tratamos de diagnóstico, sintomas e de uma problemática num todo, englobando o país e sua educação em relação às práticas pedagógicas existentes.

O constante compartilhamento de informações tende a tornar possível o conhecimento entre a sociedade.

Concluimos que, o diagnóstico precoce favorece ao possível tratamento mais rapidamente à criança, de acordo com suas necessidades que podem ser na fala, social ou cognitiva.

Vale ressaltar que a família tem que aceitar o diagnóstico, pesquisar e aprender a lidar com tal situação, pois a família é responsável por esse indivíduo e essa criança/jovem precisa entender sobre as situações básicas do dia a dia para que por ventura mais tarde, seja capaz de conviver em sociedade, respeitando as pessoas e sendo respeitado também.

A família pode ter acesso a alguns direitos disponibilizados pelo governo para talvez de alguma forma, essa situação seja amenizada: além do RioCard Especial, que possibilita a movimentação dessa criança especial e seu acompanhante, aceito em ônibus em VLT(veículo leve sobre trilhos) ainda existe o BPC –Benefício de Prestação Continuada e Aposentadoria por Invalidez, no qual o governo disponibiliza uma renda mensal, de acordo com a renda familiar, pois para o governo é entendível que as pessoas portadoras de autismo também são consideradas portadoras de necessidades especiais. São pequenos passos, mas que juntos podem proporcionar uma melhor condição de vida para este ser humano, com mais dignidade e um possível reconhecimento e respeito.

Por fim, o presente trabalho mostra a carência do ensino de Língua Portuguesa aos alunos que demonstram algum tipo de dificuldade e até mesmo essas dificuldades encontram-se somadas ao despreparo dos docentes em geral, infelizmente sem direção em relação ao aprofundamento, a experiência e desconhecimento de tal situação, em conjunto com a não

evolução do ensino prestado nas escolas; onde a falta de aprimoramento implica no fulgurar de ideias de práticas subjetivas/ lúdicas e até mesmo humanas, nas quais exaltamos para conquistar um possível aluno espectro autista.

Nesse sentido, não faltarão daqui por diante, leituras, estudo e comprometimento desde que haja engajamento por ambas as partes envolvidas: educação, família, sociedade e país; visto que estamos diante de 2 milhões de autistas espalhados na população do nosso Brasil.

Referências Bibliográficas:

BETTELHEIM, Bruno. A fortaleza vazia. São Paulo: Martins Fontes, 1987

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica/ Secretária da Educação especial. MEC, SEESP, 2001, p. 79.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Congresso Nacional, Brasília, 199

Carmen Cavaco Experiência e formação experiencial: a especificidade dos adquiridos experienciais

Cunha, Antônio Eugênio. Afeto e aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak 2008

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MELO, S. C. Inclusão em Educação: um estudo sobre as percepções de professores da rede Estadual de Ensino Fundamental do Rio de Janeiro, sobre práticas pedagógicas de inclusão. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

NUNES, D. Autismo e inclusão: entre realidade e mito. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). Dimensões Pedagógicas nas práticas de inclusão escolar. 1. ed. Marília: Abpee, v. 2, p. 279-292, 2012.

PIAGET, J. Aprendizagem e Conhecimento. In: Aprendizagem e conhecimento. Tradução Equipe da Livraria Freitas Bastos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. Saber pensar 2 ed. São Paulo : Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2008, cap. 7, p.90-115.

SCHMIDT, C. Autismo, educação e transdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 2013

Schwartzman, J. (2011a). Transtornos do espectro do autismo: conceitos e generalidades. In J. Schwartzman & C. Araújo (Eds.), Transtornos do Espectro do Autismo (pp. 37-42). São Paulo: Memmon

SILVA, Sandra Francisca da; ALMEIDA, Amélia Leite de. Atendimento Educacional Especializado para Aluno com Autismo: Desafios e possibilidades. INTL. J. of Knowl. Eng., Florianópolis, v. 1, no 1, p. 62-88, 2012.

Oliveira, Mari Angela Calderari
Intervenção psicopedagógica na escola / Mari Angela Calderari Oliveira. 2.ed.
– Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2009.
260 p.

VYGOTSKY, L.S. O Desenvolvimento Psicológico na Infância. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE (AACD). Guia direitos e benefícios da pessoa com deficiência.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

_____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007.

_____. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Decreto n. 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

27 de dez. de 2012 — Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de.

Lei nº 9.656 · Lei nº 13.977, de 8.1.2020 · Lei n.º 10.216

Lei 7.611/2011: Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Lei 7.853/ 1989: Estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.

Lei 10.098/2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Lei 10.048/2000: Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.

(Lei 12.764/ 12 que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista)